

PERSPECTIVAS ABERTAS PELA X BIENAL DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO

X BIENAL DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO

De 12 de outubro a 1 de dezembro de 2013

JEAN-FRANÇOIS PARENT

TRADUÇÃO DE JOSÉ GUILHERME PEREIRA LEITE

Em seguida à abertura da 14^a Bienal de Arquitetura de Veneza, em junho de 2014, e algumas semanas depois do 7^o Fórum Urbano Mundial, realizado em abril de 2014 – o último encontro oficial da ONU-Habitat antes do Habitat III, em que serão reestruturados e enunciados os grandes eixos de trabalho institucional das Nações Unidas para os próximos vinte anos, condicionando assim a vida de um bom número de seres humanos –, parece útil nos voltarmos para o exemplo da X Bienal de Arquitetura de São Paulo, ocorrida um pouco antes, entre outubro e dezembro de 2013.

Procuraremos aqui apenas sublinhar e indagar, partindo de seus títulos, as questões prioritárias que balizaram essas três grandes manifestações. No primeiro caso, em Veneza, o título “Fundamentals” evoca a história da arquitetura e a expressão dos fundamentos que dela emergem, e questiona a modernidade que daí resultaria, teorizando assim um fazer (aquilo que foi, e aquilo que é feito hoje) que é sem dúvida eurocêntrico. No segundo caso, no encontro de Medellín, intitulado “Equidade urbana no desenvolvimento – cidades para viver”, a interrogação central diz respeito ao acesso à cidade, ao modo e à qualidade de vida que ela deve permitir, sem no entanto interrogar-se explicitamente sobre esses modos e qualidades de vida, tampouco sobre as condições de concepção dos modelos urbanos valorizados. Já no terceiro caso, em São Paulo, o mote “Cidade: modos de fazer, modos de usar”, toma os termos “fazer” e “usar” como chaves de suas análises e proposições, pondo em pauta questões como as seguintes: O que é viver em cidades? Como viver nelas? Com

quais interlocutores postular os problemas da concepção e da produção urbana e arquitetônica?.

Assim, após esses três eventos, e agora com um recuo temporal maior, é possível mensurar mais claramente a proposta curatorial da X Bienal de Arquitetura de São Paulo, que foi capaz de precisar de modo mais direto, e sobretudo mais amplo do que nos dois outros casos, aquilo que é fundamental no desenvolvimento urbano contemporâneo, contribuindo assim para propor em termos novos, e para públicos diversos, questões que são frequente e deliberadamente escanteadas no espaço técnico e estético “reservado” aos especialistas.

Em São Paulo, os trabalhos não poderiam deixar de ser marcados e enriquecidos por questões, interrogações e iniciativas que atravessam, desde o início deste século, as sociedades do continente sul-americano. Com efeito, hoje, se estamos de acordo sobre o fato de que os povos desse continente tentam construir a sociedade emancipadora do século XXI, é forçoso nos interrogarmos sobre sua maneira de inventar “a” cidade de uma sociedade em devir... Em outros termos, nesse continente as sociedades questionam tanto o desenvolvimento urbano dominante como todo modelo importado, o que implica, para elas, colocar-se em situação de pesquisa e experimentação.

Essa necessidade de pesquisa e experimentação se impõe por um duplo ponto de vista: de um lado, pela ausência de modelos a imitar; e de outro, porque só essas práticas permitem compreender como se esboçam novas maneiras de viver e trabalhar em conjunto. Apenas os projetos que *simulam* uma ruptura com os fundamentos das relações de produção capitalistas (ou que se negam a estabelecer uma relação de naturalidade diante delas) permitem, pelo ângulo experimental, gerar novas compreensões dos problemas. Tudo isso, portanto, em situações ao mesmo tempo artificiais, excepcionais e provisórias, escolhidas notadamente pelo seu tamanho para serem fontes realistas e de informações significativas.

Entretanto, sabemos que nem toda inovação é sempre sinônimo de transformações reais e progressistas, e que as experimentações realizadas “de cima para baixo” são frequentemente ignoradas ou mesmo recusadas por aqueles que seriam supostamente os seus beneficiários. Em resumo, sabemos que “transformações” aparentes se revelam ilusórias e conservadoras.

É isso o que sublinha Rem Koolhaas, comissário geral dessa edição da Bienal de Veneza: “Em sistemas políticos diferentes, de oeste a leste, separados pela Guerra Fria, vimos aparecer sistemas estéticos similares. Por quê?”. Essa pergunta parece interrogar o próprio sentido da modernidade, definida por Jean-Louis Cohen como uma permanente “oscilação entre entusiasmo e ameaça”. Isso faz pensar que hoje as respostas fornecidas não são diferentes, estejamos nós em um “campo” progressista ou conservador. Rem Koolhaas busca uma resposta convidando-nos explicitamente a pesquisar uma problemática nova. É isso também o que a Bienal de São Paulo se esforçou para conceber e propor, particularmente a partir de uma análise renovada e ampliada da aceleração do fenômeno da urbanização mundial.

Com efeito, pudemos constatar em São Paulo que essa aceleração submetida e impulsionada por valores novos permite discernir duas concepções do desenvolvimento urbano e, portanto, também do desenvolvimento humano. De uma parte, vemos a cidade histórica tal como geralmente a conhecemos, construída por aqueles que a habitaram, uma cidade que evoluiu e continua evoluindo, uma cidade sempre em construção, e que testemunha espacialmente as relações sociais, também elas em movimento. E, de outra parte, uma cidade contemporânea, complexa, centro de redes mundializadas e de trocas materiais e imateriais, conectada com o mundo, e tornada ela mesma um conjunto de redes e fluxos. Uma cidade “moderna” perfeitamente pensada para responder às representações e às necessidades da globalização. Produto da globalização, ela tende naturalmente a dominar o pensamento urbano “mundializado”, estruturado pelas noções de mobilidade, de movimento, de fluxo e de redes, pensamento do qual Dubai é o arquétipo e o modelo implícito.

Mas esta forma urbana, ideal, sintética e desejada para (e não “por”, nem “com”) os “novos nômades”, presos desde já a trajetórias socioprofissionais padronizadas, em que tudo circula e parece permanecer imóvel, borra em grande medida as diferenças entre estados de coisas manufaturadas, no seio de espaços estandarizados, nos quais tudo se tornou intercambiável. Tal prisão tem como corolário o confinamento dos dominados intercambiáveis, na posição passiva de assistidos, e a constituição de um modo de vida urbanizado, porém insuportável para a imensa maioria. A favela é o fruto consubstancial do ideal urbano da mundialização, e Dubai não poderia existir sem ela.

Assim, opera-se e impõe-se um deslizamento entre dois polos, apresentados aqui muito esquematicamente: de um lado, uma urbanização – produto aleatório, singular/coletivo de relações entre homens que as vivem, e portanto a transforma – e, de outro, uma organização material dos fluxos e da individualização que a comanda, uma organização sem devir, pois perfeita em si mesma... Da civilização da cidade, singular, localizada e em evolução, passamos a uma civilização do movimento imóvel, da fuga que estandardiza e desterritorializa, congelando totalmente o tempo. Esse movimento não é somente o das próximas Dubais, pois ele seduz muitos daqueles que hoje “fabricam a cidade para o futuro” (arquitetos, urbanistas, técnicos, eleitos, instituições nacionais e internacionais...), e tende a impor suas “soluções” em resposta às crises (reais) das cidades determinadas pela lógica da economia de lucros.

Assim percebida em seu conjunto, tanto em sua evolução como em seus efeitos sobre a vida coletiva e individual, a questão urbana não cessa de ser determinada pelo poder da mundialização, com base em escolhas ideológicas essenciais, conscientemente mascaradas, em termos políticos, por uma pretensa crise técnica e material. Portanto, a urgente necessidade de contribuir para uma reapropriação coletiva de escolhas ético-políticas pela comunidade, não para restaurar um modelo de cidade que teve seu tempo e que seria incapaz de enfrentar os desafios contemporâneos, mas para inventar as novas maneiras de devolver à cidade histórica sua capacidade de ser fonte permanente de futuros individuais e coletivos, de projetos de sociedade e, portanto, de civilização emancipadora.

As consequências das análises feitas em São Paulo são decisivas. É urgente afirmar que o povo, entendido na integralidade de seus componentes, de sua experiência e das tensões que o atravessam, é o único que pode tanto abrir como manter abertas as perspectivas emancipadoras sem as quais não há mais futuro urbano. É preciso logo recordar a necessidade de que todos os atores desse campo específico dominem as ferramentas próprias para examinar os dados e o que está em jogo... No entanto, infável virtude da alienação e da reprodução do existente, o domínio dessas ferramentas não é reivindicado por aqueles que mais precisam delas, e os quais reduzimos a uma situação passiva de assistidos submetidos às decisões daqueles que “sabem”.

Essas ferramentas não são exercitáveis (portanto passíveis de desenvolvimento) senão em contextos e projetos que as exigem, daí a necessidade da construção coletiva de um saber popular do habitar, no curso de uma efetiva participação responsável pela “fabricação” de uma cidade.

“Fabricação” que a ausência de modelos a imitar inscreve em um caminho de pesquisa que precisa de um engajamento popular. O que, certamente, nos abre para uma “modernidade” livre de seu eurocentrismo redutor e manipulador, uma modernidade que se mostra como causa e consequência de uma democracia verdadeira, e fonte de novas relações de produção de “bens” indissociavelmente culturais, profissionais, intelectuais, sociais, políticos e materiais.

A X Bienal de Arquitetura de São Paulo fez emergir uma vontade de agir coletivamente. Ela esboçou hipóteses estratégicas e metodológicas a fim de apreender de maneiras renovadas, posto que engajadas, as questões urbanas. Ela afirmou a necessidade de uma experimentação coletiva em escala urbana assumida de modos específicos por todas as famílias de atores sociais: com o duplo objetivo de pensar e construir “novas cidades” e idealizar novas maneiras de habitá-las.

JEAN-FRANÇOIS PARENT é arquiteto e presidente do Laboratório Internacional para a Habitação Popular (LIHP) em Saint-Denis, França.